

A Doutrina Monroe e a inserção internacional dos EUA



Por **REGINALDO NASSER***

Uma análise das transformações da Doutrina Monroe revela como os EUA transitaram do isolacionismo regional para um intervencionismo global fundamentado na expansão comercial e no poder das sanções econômicas

Avaliamos que as distintas interpretações da Doutrina Monroe, efetuadas pelos presidentes Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson, requerem ser compreendidas não como supostos polos abstratos de uma falsa dicotomia entre isolacionistas e internacionalistas, mas sim como um conjunto de discursos e de práticas da política exterior estadunidense em torno de concepções antagônicas acerca da ordem mundial.

O reinício das relações dos EUA com Cuba e o acordo de paz na Colômbia foram os principais acontecimentos que permitiram ao Secretário de Estado, John Kerry, anunciar na OEA, em 2013, que “a era da Doutrina Monroe acabou”. Com o objetivo de se contrapor ao governo anterior, tanto o então secretário de Estado do governo Trump, Rex Tillerson, como o conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton, enalteciram a Doutrina Monroe como orientação para as ações dos EUA na América Latina. Muito embora o presidente Joe Biden não tenha mencionado a doutrina Monroe, alertou, numa clara crítica ao presidente Trump, que o “continente sul-americano... não é o quintal dos EUA” e rechaçou a pretensão norte-americana de interferir nos assuntos internos dos países no Hemisfério Ocidental.

Por mais de um século, a Doutrina Monroe foi considerada símbolo glorioso da nação estadunidense com status equivalente à Declaração de Independência, mas depois da Primeira Guerra Mundial o consenso entre as elites deixou de existir e a doutrina passou a ser vista, principalmente por membros do Partido Democrata, como símbolo do intervencionismo militar no Hemisfério Ocidental. De toda forma, desde que foi anunciada, em 1823, por John Adams, secretário de Estado do presidente Monroe, a Doutrina Monroe sempre esteve presente, explícita ou implicitamente, nos debates sobre as estratégias de ação internacional dos EUA e chama a atenção não ter ainda devida relevância na literatura de Política Externa dos EUA.

A Doutrina Monroe surgiu no momento em que ocorria o reconhecimento da Independência dos países latino-americanos e tinha como objetivo se contrapor às possíveis tentativas de recolonização no continente por parte da Quádrupla Aliança, um alinhamento conservador europeu comprometido com a manutenção da ordem e o status quo. O governo dos EUA declarou que não iria admitir qualquer tentativa das nações europeias de “estender seu sistema a qualquer parte do hemisfério”, e advertiu que qualquer intento nesse sentido seria considerado uma ameaça à paz e à segurança no continente. Invocando o princípio de reciprocidade, a mensagem destacava também que os EUA não se envolveriam em assuntos políticos europeus.

Originalmente formulada como um princípio da política externa para garantir a soberania dos Estados, ao não permitir qualquer tipo de intervenção de poderes extracontinentais nos assuntos do Hemisfério Ocidental, a doutrina ganhou novas dimensões com o corolário Roosevelt, no início do século XX, quando os EUA se reafirmavam como potência em ascensão. Em sua redefinição por parte do então presidente Theodore Roosevelt, a doutrina passou a justificar o direito e o dever dos

EUA de intervir nos assuntos domésticos. das nações no Hemisfério, não apenas quando houvesse a possibilidade de algum tipo de interferência europeia, como formulado inicialmente, mas também quando o governo estadunidense julgasse haver perigo iminente de revoltas políticas ou qualquer tipo de “desordem”.^[i]

Desde então, a doutrina incorporou o caráter intervencionista em seus princípios e o termo “esfera de influência” passou a ser amplamente utilizado na Política Internacional para descrever o relacionamento entre os EUA e os outros Estados no continente americano. Dessa forma, a doutrina Monroe tornou-se o exemplo mais notável de uma declaração unilateral feita por uma potência, afirmando explicitamente que uma determinada região deve estar sob sua exclusiva responsabilidade, abrindo precedente importante para que outras potências também o fizessem em suas respectivas áreas.

Uma nova mutação da Doutrina Monroe ocorreu quando o presidente Woodrow Wilson anunciou, em 22 de janeiro de 1917, que ela deveria se tornar uma doutrina para o mundo. No entendimento do presidente, não se tratava de transferir a concepção espacial não intervencionista contida na Doutrina Monroe para outras regiões no mundo. Pelo contrário, os seus princípios políticos não teriam fronteiras e poderiam estar presentes em qualquer lugar do mundo sob a liderança dos EUA, com o propósito de interferir econômica e militarmente em outros continentes. Mas essa “excepcionalidade” dos EUA se fundamentaria, por sua vez, na conjugação da Doutrina Monroe com outras doutrinas e princípios

Avaliamos que as interpretações da doutrina Monroe, a partir dos presidentes Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson, devem ser compreendidas não como se faz frequentemente, situando-as como polos abstratos de uma falsa dicotomia entre isolacionistas e internacionalistas, mas sim enquanto um conjunto de discursos e de práticas da política externa dos EUA em torno de concepções antagônicas sobre Ordem Mundial.

Esferas de Influência ou Hegemonia?

Theodore Roosevelt foi o primeiro presidente estadunidense a propor que os EUA deveriam desempenhar um papel importante na política internacional para além do Hemisfério Ocidental. Queria evitar, por exemplo, a presença de uma grande potência na China que viesse a negar aos EUA o acesso ao comércio naquele país. Para isso, esperava alinhar-se com a Grã-Bretanha para resistir à primazia russa ou japonesa no Extremo Oriente, alcançando com isso o equilíbrio de poder. Theodore Roosevelt teve participação decisiva nas negociações que encerraram a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), bem como no acordo entre a França e Alemanha referente a uma disputa (1905-1906) sobre a presença no Marrocos. Por meio do acordo Taft-Katsura (1907), o Japão concordou em respeitar a presença dos EUA nas Filipinas e, em contrapartida, os EUA garantiram não causar qualquer tipo de embaraço à presença de tropas militares japonesas na Coreia. Ou seja, os EUA deveriam exercer o “poder de polícia internacional” no Hemisfério Ocidental na manutenção da ordem interna dos países que se mostraram “instáveis”, mas em outras regiões do mundo era preciso buscar o equilíbrio de poder reconhecendo a existência de esferas de influência.^[ii]

Após a Guerra Russo-Japonesa de 1904-05, o representante especial do Japão em Washington teve um encontro com o Secretário de Estado dos EUA, Robert Lansing, quando então expôs a ideia do que seria uma Doutrina Monroe para a Ásia. Da mesma forma que os EUA desfrutavam de uma posição especial no hemisfério ocidental, particularmente no México e nos países da América Central, o governo japonês julgava que seus “interesses especiais” deveriam ser reconhecidos na China e países vizinhos, como a Coreia e a Mongólia, e manifestava preocupação com a influência e/ou interferência de potências estrangeiras na região. O próprio presidente Theodore Roosevelt chegou a manifestar seu apoio a uma “Doutrina Monroe japonesa” para a Ásia, em 1905, e já concordava com a justificativa de que o Japão estava “defendendo” o Oriente contra incursões europeias. Os secretários de Estado dos EUA, Bryan e Lansing, também reconheceram oficialmente, respectivamente em 1915 e 1917, o fato de que o Japão tinha “interesses especiais” na China, particularmente na parte em que suas possessões são contíguas.

Para o filósofo e jurista, Carl Schmitt, a Doutrina Monroe foi o primeiro e o exemplo mais bem-sucedido de um princípio de

Großraum^[iii] defendido pelos EUA como “uma expressão do direito inalienável à autodefesa”, e que passou a adquirir validade internacional, sendo formalmente reconhecido no Artigo 21 da Liga das Nações. De acordo com essa interpretação, a Doutrina Monroe fornecia o precedente para justificar tanto o *Großraum* alemão na Europa Central e Oriental, quanto o japonês na Ásia, estava longe de ser um princípio abstrato ou difuso, pois continha limites (territoriais) reconhecíveis para sua aplicação. Após a Alemanha invadir a Tchecoslováquia em 1939, o então ministro de relações exteriores do Reich alemão, Ribbentrop, explicava que a ação do governo alemão nada mais era do que a aplicação na Europa dos princípios originalmente estabelecidos pela Doutrina Monroe, um exercício legítimo do seu poder dentro *Großraum*, isto é, uma ordem em que deveria imperar o reconhecimento mútuo das esferas de influência em substituição à ordem eurocêntrica tradicional.

Durante as sessões na Liga das Nações, congressistas norte-americanos, em grande parte do partido republicano, pressionaram o presidente Wilson que acabou cedendo à solicitação de adoção de uma cláusula especial, pois julgavam que a Sociedade das Nações era incompatível com a Doutrina Monroe e poderia obrigar os EUA a envolver-se em conflitos fora do continente. A proposta foi aprovada e resultou no artigo 21: *Os compromissos internacionais, tais como, tratados de arbitragem, e os acordos regionais como a doutrina de Monroe, que asseguram a manutenção da paz, não são considerados incompatíveis com nenhuma das disposições do presente Pacto.*

O fato de a Doutrina Monroe ser explicitamente protegida no Pacto da Liga das Nações e ser colocada no mesmo nível de acordos e compromissos internacionais fez com que o Japão reivindicasse, novamente, uma doutrina semelhante para a Ásia. Em sua proposta à Assembleia da Liga das Nações, a delegação japonesa argumentava que o Japão era “responsável pela manutenção da paz e da ordem no Extremo Oriente”. O ministro das Relações Exteriores do Japão elogiou o Pacto da Liga das Nações na medida em que previa o respeito aos “entendimentos regionais” e enfatizou que o Japão era o “sustentáculo da tranquilidade nessa parte do mundo”.

A partir dessas manifestações, é possível concluir que tanto os EUA como o Japão reivindicavam responsabilidade pela manutenção da ordem regional e, no limite, teriam a legitimidade para o uso da força para impedir qualquer tipo de interferência ou ingerência de outros Estados extrarregionais. No entanto, a posição que prevaleceu na Liga foi que a doutrina Monroe não poderia ser transferida para outras situações geopolíticas, a não ser que houvesse permissão e aprovação dos EUA. Portanto, apesar de a Liga se constituir como organização mundial com princípios universalistas, além de se abster de propor uma ordenação global do espaço, ao reconhecer a Doutrina Monroe, acabou por legitimar a concepção da ordenação espacial do hemisfério ocidental, garantindo excepcionalidade aos EUA.

As Novas Fronteiras do Comércio Internacional

Entendemos que qualquer análise que se faça da Doutrina Monroe só pode ser compreendida se levar em consideração as diversas maneiras pelas quais se realizou sua articulação com outras doutrinas. Isto é, o corolário da Doutrina Monroe realizado no momento em que o poder econômico e geopolítico dos EUA estava em franca ascensão possibilitou incorporar as interpretações da doutrina da *Open Door* (Portas Abertas) com o objetivo de garantir a expansão comercial e resolver rivalidades internacionais de forma pacífica em regiões fora do hemisfério Ocidental.

As Notas da Política de Porta Abertas formuladas pelo Secretário de Estado do presidente McKinley, John Hay, em 1899, marcaram um momento decisivo na história das relações internacionais dos EUA, inaugurando o processo pelo qual se questionava, ao mesmo tempo, a política do “isolacionismo hemisférico” dos EUA e as zonas econômicas do colonialismo na China. Em sua fase inicial, a política de *Open Door* para a Ásia poderia ser considerada como uma primeira tentativa de resposta dos EUA à falência do sistema internacional baseado no colonialismo europeu. Sob o argumento da importância de se adotar regras baseadas na igualdade de tratamento para solucionar conflitos internacionais, a *Open Door* preconizava uma China que deveria tratar todos os países e empresas estrangeiras de forma igualitária. A principal diferença entre a *Open Door* na China e o “big stick” nas Américas residia na forma pela qual os EUA concebiam a Ordem

Mundial. A Política de Open Door de Roosevelt baseava-se em uma apreciação realista das limitações do poder estadunidense, em que se respeitariam as esferas de influência, até porque avaliava que não havia recursos militares necessários para se empreender uma política baseada no uso da força na Ásia, diferentemente da situação do Hemisfério Ocidental.

Quando Roosevelt deixou o cargo em 1909, analistas, formuladores de políticas e empresários elogiaram seu Corolário como um modelo de solução para a estabilidade econômica e política no hemisfério ocidental, já que vislumbrava um comércio em um hemisfério pacificado e poderia beneficiar os EUA devido à sua proximidade geográfica com os mercados latino-americanos.

A partir das interpretações que Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson realizaram da obra escrita por Frederick Turner, “O significado da fronteira na história americana”, um outro conjunto de ideias veio a se juntar às doutrinas Monroe e Open Door, resultando na principal força motriz da ação internacional estadunidense. Em linhas gerais, o livro explicava a evolução da democracia e da prosperidade da nação em termos da expansão para o oeste.

A releitura da doutrina da Open Door aparecia como uma nova estratégia depois que a fronteira continental se completou no final do século XIX, pondo fim a um modelo baseado na desapropriação e incorporação territorial. Durante a campanha presidencial de 1912, Wilson parafraseou a tese da fronteira: “A marcha para o oeste parou nas encostas do Pacífico; e agora a trama se complica... Nossas indústrias se expandiram a tal ponto que arrebentarão suas estruturas se não conseguirem encontrar saídas livres nos mercados do mundo”, ou seja, o mercado mundial deveria ser visto como a nova fronteira para o sistema americano. ^[iv]

O secretário de Estado do presidente Wilson, William Jennings Bryan, esclarecia periodicamente aos vários setores da sociedade estadunidense que a política do presidente era “abrir as portas dos países mais fracos para a invasão do capital e das empresas americanas”. Essas colocações nesse contexto histórico simbolizaram um novo momento da aliança da diplomacia com a indústria, o comércio e as finanças, e que se traduziu no desenvolvimento do capitalismo corporativo em sua expansão pelo mundo.

Apesar de a doutrina enfatizar a necessidade de todas as nações terem acesso equitativo às redes de comércio e negócios, não fazia menção à remoção das tarifas protecionistas nacionais, até porque isso exigiria que os EUA abrissem seu próprio mercado. A Open Door de Wilson não tinha a especificidade regional da Doutrina Monroe de Roosevelt e, por isso, seus proponentes frequentemente entravam em conflito em relação aos objetivos estratégicos dos EUA porque representava uma nova visão sobre o comércio global.

A Primeira Guerra Mundial colocou em questão a validade da Open Door, mas Woodrow Wilson procurou dar novo vigor à doutrina com base na crença de que não era mais possível à nação americana viver longe das questões globais. O modelo proposto por Wilson, era claramente um produto de sua concepção sobre Open Door e acrescentava a necessidade de se construir uma estrutura institucional para a resolução pacífica de conflitos e promoção de oportunidades comerciais igualitárias. Embora a oposição no Senado tenha derrotado a proposta de Wilson pela participação dos EUA na Liga das Nações, a ideia da Open Door persistiu nas administrações republicanas subsequentes, em que a diplomacia passou a ter como função promover oportunidades comerciais para os maiores exportadores da América. Assim, embora os presidentes dos EUA muitas vezes criticassem as decisões uns dos outros, apegaram-se à tradição da Open Door e aceitaram os princípios ideológicos básicos de acesso comercial, até porque isso atendia a interesses políticos das elites estadunidenses. ^[v]

A partir de Wilson, os apoiadores da Open Door passaram a conceber que, em última instância, o envolvimento internacional dos EUA deve ser orientado, principalmente, levando em consideração os imperativos econômicos. Ou seja, a tendência inerente à superprodução e ao subconsumo doméstico exigia uma válvula de escape que levaria à realização dos interesses econômicos no exterior e, consequentemente, ao envolvimento político e, no limite, o uso da força militar. A

ausência de dimensões políticas em algumas vertentes do liberalismo estadunidense se traduzia na percepção de que havia uma certa passividade que culminou na ausência de uma política externa propriamente dita.

O Wilsonianismo promoveu, não apenas uma mutação na Doutrina Monroe, que em vez de se referir apenas a um espaço geográfico historicamente determinado, se tornou um princípio geral e universalmente concebido para reformar a política mundial. A partir do caso envolvendo a China, o uso da Open Door e da interpretação da “nova fronteira” na diplomacia significava que a expansão econômica em áreas agrárias do mundo colonial seria baseada na garantia da integridade territorial e do autogoverno, punindo nações agressoras.

Os mecanismos jurídicos e diplomáticos que fundamentaram a aplicação das sanções econômicas, desde o final da Primeira Guerra Mundial, foram apresentados na Liga das Nações como uma alternativa pacífica à guerra. Em discurso à nação, o presidente Wilson procurou convencer a opinião pública de que o uso da economia, em vez da força militar, era um poderoso instrumento da diplomacia internacional que poderia impedir com sucesso a agressão armada. ^[vi] Para isso, usava como exemplo o isolamento econômico da Alemanha como a principal causa de sua rendição. De acordo com Wilson, o boicote econômico é um “remédio pacífico, silencioso e mortal” que iria substituir a guerra. Desde então, o mecanismo das sanções tem tido uma história ambivalente até os dias atuais: são “pacíficas” e “mortais”, são “potentes”, mas não usam a força; em contraste com as ações militares, são retratadas como sendo civilizadas, mas, se forem rigorosas, podem ser intoleráveis. ^[vii]

As ideias de Woodrow Wilson foram incorporadas no Artigo 16 do Pacto da Liga das Nações, que obrigava os Estados a impor sanções econômicas contra qualquer membro da Liga que recorresse à guerra de agressão ou conquista. O pressuposto era que as sanções econômicas teriam um efeito dissuasivo, fazendo com que os países agressores fossem chamados à razão antes de iniciar qualquer tipo de ação bélica.

A imposição de sanções a partir de 1919 era um sinal de que a ordem internacional pós-Primeira Guerra Mundial trazia a marca liberal de inspiração dos EUA, em que a guerra econômica, sob jurisdição de uma organização internacional, deveria se contrapor à “anarquia internacional” do mundo anterior à guerra. A ascensão das sanções estava, portanto, ligada à transformação mais ampla da guerra, do liberalismo, do direito internacional e, de um modo mais amplo, da Nova Ordem Mundial que estava em gestação.

Conclusão

Vimos que, ao longo dos seus 200 anos de existência, a Doutrina Monroe assumiu vários significados e teve implicações diferentes, dependendo do contexto histórico e dos interesses das forças políticas que procuravam justificar suas respectivas interpretações. Assumindo o perfil de ideologia, teoria jurídica, cultura política ou de geopolítica, a doutrina Monroe foi moldada de acordo com as circunstâncias e os vários corolários que foram acrescentados a ela fizeram com que pudesse ser interpretada sob os mais diferentes ângulos, até mesmo com proposições antagônicas. As várias adaptações e interpretações da doutrina expressam, não apenas diretrizes diplomáticas gerais, mas revelam, de certa forma, quais são as estratégias que as forças políticas em disputa querem conferir à política externa dos EUA. ^[viii]

A Doutrina Monroe deixava claro que o Novo Mundo e o Velho Mundo deveriam permanecer como esferas de influência separadas e autônomas. Com Theodore Roosevelt, o corolário que leva seu nome avançou na interpretação da doutrina em duas direções: os EUA tinham o direito de intervir preventivamente nos assuntos internos de outros países do Hemisfério Ocidental sob a justificativa de preservar a ordem e estabilidade e reconheceriam esferas de influências em outras regiões do mundo, tendo como meta uma Ordem Mundial baseada no equilíbrio de poder, o que poderia ser identificado como um pensamento realista nas relações internacionais. Da mesma maneira que Theodore Roosevelt, o presidente Wilson invocou a doutrina Monroe como modelo de uma nova ordem internacional, porém em sentido oposto, recusando categoricamente a proposta de reconhecimento de outras esferas de influência. A proposta de globalização da doutrina

Monroe juntamente com a Open Door e os 14 pontos defendidos por Wilson se tornaram o fundamento da teoria liberal sobre o internacionalismo, isto é, os EUA deveriam assumir a responsabilidade por manter o mundo regido pelos princípios liberais capitalistas em segurança.

Entretanto, o uso da doutrina Monroe enquanto estratégia internacional não se restringiu às disputas políticas nos EUA, mas passou a ser utilizada por grandes potências em ascensão que, como regra geral, sempre expressam algum tipo de reivindicação e de protesto em relação à ordem mundial vigente, o que gera, inevitavelmente, uma acirrada competição por domínio de territórios.

Em vez de criticar o intervencionismo associado à doutrina Monroe, não é raro que Rússia e China tentem estabelecer uma analogia com os EUA em suas respectivas áreas de projeção regional. Da mesma forma que os EUA fizeram uso da Doutrina Monroe no hemisfério Ocidental, enquanto potência em ascensão no século XIX, a doutrina é reivindicada, explícita ou implicitamente, por grandes potências com o objetivo de ter os mesmos direitos que os EUA alegam ter no Hemisfério. Isto é, que têm o direito de intervir militarmente em espaços onde há conflitos em que se constata a presença de “forças exteriores” à região ameaçando seus interesses nacionais. No contexto do processo de dissolução da União Soviética, foram publicados vários *policy papers* e memorandos por assessores políticos e analistas em que se mencionava explicitamente a doutrina Monroe para argumentar que o espaço geopolítico da antiga União Soviética deveria ser considerado “esfera vital de interesse da Rússia”.

As disputas sobre o Mar do Sul da China se tornaram o foco de tensões regionais e preocupações a partir do momento em que a China declarou sua soberania territorial marítima naquele espaço. Em maio de 2014, Xi Jinping explicou o que seria a “Nova Diplomacia Asiática”: “Em última análise, cabe ao povo da Ásia administrar os assuntos da Ásia, resolver os problemas da Ásia e manter a segurança da Ásia. O povo da Ásia tem a capacidade e a sabedoria para alcançar a paz e a estabilidade na região por meio de uma cooperação aprimorada, recusando nacionalmente o envolvimento de terceiros. Vários analistas consideraram a frase “cabe ao povo da Ásia administrar os assuntos da Ásia” como uma versão japonesa da Doutrina Monroe do início do século XX.

Em discurso proferido na Assembleia Geral da ONU sobre a questão ucraniana, Lavrov, ministro de Relações Exteriores da Rússia, advertiu: “A famosa Doutrina Monroe está adquirindo um alcance global” e acrescentou que Washington procura expandir sua esfera de influência em todo o planeta^[ix]. No mesmo sentido, em publicação recente, o Ministério das Relações Exteriores da China chega a afirmar que os EUA com a justificativa de promover a democracia, têm adotado a “Doutrina Neo-Monroe” na América Latina, estimulado as “revoluções coloridas” na Eurásia e planejado a “Primavera Árabe” na Ásia Ocidental e no norte da África com o objetivo de derrubar governos hostis ou não alinhados.

Ou seja, as grandes potências se utilizam dos diferentes significados da doutrina Monroe para construir suas narrativas de reivindicação de direitos iguais, no sentido de se respeitar esferas de influência, ou de rechaçar a doutrina Monroe quando é vista como proposta de instrumento da hegemonia dos EUA em qualquer parte do mundo.

Um conceituado historiador da política externa dos EUA disse, apropriadamente, que a Open Door “é uma metáfora e que como todas as metáforas, ela extrai sua força da fidelidade com que suas imagens retratam a realidade que procuram descrever”. Ao absorver variedades essencialmente diferentes de experiências ideológicas dentro do campo de suas imagens, a doutrina tende a sufocar a análise e a inibir a formulação de novas questões. Acrescentaríamos que além da Open Door, a Doutrina Monroe, também pode ser vista como uma metáfora em que se manifestam todas as características apontadas acima, mas discordamos enfaticamente do autor quando afirma que a concepção ideológica que orienta a doutrina apenas “oculta desvios ideológicos na política externa dos Estados Unidos e obscurece as escolhas difíceis”. Pelo contrário, como procuramos argumentar, aflorar as várias interpretações das doutrinas e suas fusões expõe de forma clara não apenas as tensões e contradições históricas existentes na política externa dos EUA, mas também em relação à forma pela qual outras potências a interpretam.

As interpretações de Wilson a respeito das diversas doutrinas históricas dos EUA mudaram a forma como o liberalismo

passou a conceber as relações entre geopolítica e economia internacional e se tornou hegemônico entre as elites do país. A ameaça mais importante à estabilidade internacional não era propriamente a guerra entre os Estados, mas, sobretudo, as possíveis consequências que poderiam advir desses conflitos, como o colapso das instituições que mantinham o funcionamento do sistema mundial de comércio. Para manter a liberdade econômica do capitalismo mundial, o liberal internacionalismo passou a empunhar instrumentos econômicos como as novas armas na política internacional.

O liberal internacionalismo continua vivo como nunca. Embora haja uma mudança importante no tom político no governo Biden, que, embora não tenha incentivado golpes de Estado como fez Trump, tem mantido o embargo a Cuba e as sanções à Venezuela, Nicarágua, Irã e Rússia. O liberal internacionalismo pode até rejeitar formalmente a aplicação da doutrina Monroe, mas não há grandes divergências com os esforços de Trump para combater a crescente influência econômica da China ou as áreas de influência reivindicadas pela Rússia no Leste Europeu. Isso é, há um consenso entre as elites estadunidenses que os EUA e aliados deverão usar todos os instrumentos econômicos disponíveis para punir governos que desafiam o seu domínio global ou se aliam às outras potências, como Rússia e China. Resta saber se as novas configurações na economia mundial e na ordem geopolítica ainda se coadunam com as doutrinas expansionistas dos EUA.

***Reginaldo Nasser** é professor de Relações Internacionais da PUC-SP. Autor, entre outros livros, de *A luta contra o terrorismo: os Estados Unidos e os amigos talibãs* (Editora Contracorrente). [<https://amzn.to/46J5chm>]

Notas

[i] “O hábito das práticas desonestas pode, em última análise, justificar na América, como em qualquer outro lugar, a intervenção de uma nação civilizada e, no hemisfério ocidental, a explicação da doutrina Monroe pode obrigar os EUA a exercer, a contragosto e nos casos de flagrante desonestidade, os poderes de polícia internacional”. Disponível em <https://www.archives.gov/milestone-documents/roosevelt-corollary>

[ii] James R Holmes. “Theodore Roosevelt and World Order” Potomac Books. 2006.

[iii] Großraum. significa literalmente “grande espaço”, mas também tem o sentido de “esfera” de influência” ou “espaço geopolítico”. Pretende abranger uma área ou região, demarcação de uma zona de segurança (no sentido de autodefesa) e de reivindicação relacionada à uma soberania espacial que excede as fronteiras do Estado

[iv] Walter LaFeber, ‘The Evolution of the Monroe Doctrine from Monroe to Reagan’, in *Redefining the Past. Essays in Diplomatic History in Honor of William Appleman Williams*, ed. Lloyd C. Gardner (Corvallis, OR: Oregon State University Press, 1986

[v] Michael Patrick Cullinane & Goodall, Alex. *The Open Door Era: United States Foreign Policy in the Twentieth Century*. Edinburgh University Press. 2017

[vi] Iryna Bogdanova. *Unilateral Sanctions in International Law and the Enforcement of Human Rights*

The Impact of the Principle of Common Concern of Humankind. Brill Nijhoff. 2022

[vii] Joy Gordon. *A Peaceful, Silent, Deadly Remedy: The Ethics of Economic Sanctions*. Cambridge University 2012

[viii] Gretchen Murphy. *Hemispheric Imaginings: The Monroe Doctrine and Narratives of U.S. Empire*. Duke University Press, 2005

^[ix] Lavrov: US is trying to turn whole world into its 'backyard'. <https://news.am/eng/news/721956.html> 25.09.2022

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**

A Terra é Redonda